

Ano VI
Edição 69



Setembro/2001
Circulação:
Outubro/2001

FENACON em

S E R V I Ç O S

contabilidade ♦ assessoramento ♦ perícias ♦ informações ♦ pesquisas

9ª Conesc / 1ª Conesa

Inscrições para eventos da Fenacon em novembro superam expectativas de comissão organizadora

Convenções em Recife-PE serão ponto de encontro do empresariado de serviços no Brasil em 2001

ISS de Sociedades Uniprofissionais:

A verdadeira Torre de Babel brasileira

Previdência abre o jogo

Por que o MPAS não quer o Simples para todo o setor de serviços

Fenacon na web www.fenacon.org.br

Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

SESCON - Alagoas

Pres.: *Anastácio Costa Mota*
R. Dr. Albino Magalhães, 185
57050-080 - Maceió/AL
Telefax (82) 336.2210
sescional@matrix.com.br

SESCAP - Amapá

Pres.: *Aluisio Pires de Oliveira*
R. Hamilton Silva, 2023 - Sala B
68906-440 - Macapá - AP
Telefax (96) 222-5372

SESCON - Amazonas

Pres.: *Wilson Américo da Silva*
R. 10 de julho, 651-A
69010-060 - Manaus - AM
Telefax (92) 633 - 4951

SESCON - Apucarana

Pres.: *Alicindo Carlos Moroti*
Rua Osvaldo Cruz, 341 - Centro
86800-720 - Apucarana - PR
Tel. (43) 422-7908 / 422-3913
aprogamacao@onda.com.br

SESCON - Bahia

Pres.: *Fernando César Passos Lopo*
Praça Onze de Dezembro, 5 - sl 127 -
Calçada - 40410.360 - Salvador/BA
Telefax. (71) 316.7520/7521

sescnba@terra.com.br

SESCON - Blumenau

Pres.: *Carlos Roberto Victorino*
R. 15 de novembro, 550 - Sl 1009
89010-901 - Blumenau/SC
Telefax. (47) 326.0236 - 326.3401

sescnblumenau@flynet.com.br

SESCON - Caxias do Sul

Pres.: *Moacir Carbonera*
R. Ítalo Victor Bersani, 1134
95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel. (54) 228.2425 - Fax: (54) 222.7825

sescn@cic-caxias.com.br

SESCON - Ceará

Pres.: *Urubatam Augusto Ribeiro*
Av. Washington Soares, 1.400 - sl. 401
60811-341 - Fortaleza/CE
Tel. (85) 273.4341
Fax: (85) 273.5083

sescnce@secrel.com.br
(HP) www.sescn-ce.com.br

SESCON - Distrito Federal

Pres.: *Elizer Soares de Paula*
CRS 504 Bloco C - Subsolo, 64

Asa Sul - Entrada W2
70331-535 - Brasília/DF
Telefax (61) 226.2456 - 226.1248/ 1269

sescndf@loreno.net
(HP) www.bbcont.com.br/sescndf

SESCON - Espírito Santo

Pres.: *Luiz Carlos de Amorim*
R. Alceu Aleixo, 117 - Térreo
29042-010 - Vitória/ES
Tel. (27) 3223.4936/ 3223.3547

sescn@sescon-es.org.br
(HP) www.sescn-es.org.br

SESCON - Goiás

Pres.: *Antonino Ferreira Neves*
Av. Goiás, 400 - Ed. Bradesco sl. 67
74010-010 - Goiânia/GO
Telefax (62) 212.4477

sescngo@international.com.br
(HP) www.bbcont.com.br/sescngo

SESCON - Grande Florianópolis

Pres.: *Walter Teófilo Cruz*
R. Araújo Figueiredo, 119 - sl. 402
88010-520 - Florianópolis/SC
Telefax: (48) 222.1409

sescnfloripa@ondstar.com.br
(HP) www.sescnfloripa.org.br

SESCON - Londrina

Pres.: *Paulo Bento*
R. Senador Souza Neves, 289 - sobreloja
86010-914 - Londrina/PR
Telefax. (43) 329.3473

sescn@sercomtel.com.br

SESCON - Maranhão

Pres.: *Carlos Augusto Gaspar de Souza Jr*
Av. Gerônimo de Albuquerque, S/N, sl 201
65051-200 - São Luís/MA
Telefax: (98) 246-9153

sescn-ma@elo.com.br
(HP) www.elo.com.br/sescn

SESCON - Mato Grosso do Sul

Pres.: *Laércio José Jacomélli*
Rua Elvira Pacheco Sampaio, 681
79071-030 - Campo Grande - MS
Telefax: (67) 387-6094/ 387-5489

sescnms@terra.com.br

SESCON - Mato Grosso

Pres.: *Elynor Rey Parrado*
R. São Benedito, 851 - 1º andar
78010-800 - Cuiabá/MT
Tel. (65) 623-1603 / Fax. 321-4831

sescn-mt@inter-fox.com.br

SESCON - Minas Gerais

Pres.: *João Batista de Almeida*
Av. Afonso Pena, 748 - 24º andar
30.130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax.: (31) 3273-7353

sescn@sescon-mg.com.br

SESCON - Pará

Pres.: *Carlos Alberto do Rego Correa*
Travessa 9 de Janeiro, 2050 - Cremação
66063-260 - Belém/PA
Telefax: (91) 249-9768

sescnpara@nautilus.com.br

SESCON - Paraíba

Pres. *Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.*
R. Rodrigues de Aquino, 267 - sala 703
58013-030 - João Pessoa/PB
Telefax (83) 222.9106

sescnparpb@zaz.com.br

SESCAP - Paraná

Pres.: *Valdir Pietrobom*
R. Marechal Deodoro, 500 - 11º andar
80010-911 - Curitiba/PR
Tel. (41) 222.8183 - Fax: (41) 263.2193

sescap-pr@sescap-pr.org.br
(HP) www.sescap-pr.org.br

SESCON - Pernambuco

Pres.: *Geraldo de Paula Batista Filho*
R. José Aderval Chaves, 78 Sls 407/408
51111.030 - Recife/PE
Telefax: (081) 3327.6324

sescnpe@truenet.com.br
www.brasilnet2000.com.br/sescnpe

SESCON - Piauí

Pres.: *Tertulino Ribeiro Passos*
R. Honório de Paiva, 607 - Piçarra
64001-510 - Teresina/PI
Telefax: (86) 222.6337

sescnpi@analisecontabilidade.com.br

SESCON - Ponta Grossa

Pres. *Luiz Fernando Saffraider*
R. Comendador Miró, 860 - 1º andar
84010-160 - Ponta Grossa/PR
Tel. (42) 222.1096 - Fax: (42) 222.5040

sescnpg@convoy.com.br

SESCON - Rio de Janeiro

Pres.: *José Augusto de Carvalho*
Av. Presidente Vargas, 542 - sl.1906
20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel (21) 233.8868 - Telefax (21) 233.8899

sescnrj@domain.com.br
(HP) www.bbcont.com.br/sescnrj

SESCON - Rio Grande do Norte

Pres.: *Rui Cadete*
R. Carlos Chagas, 3466-A - Sl 16 - 1º and
59065-220 - Natal/RN
Telefax. (84) 231.5989

sescn-rn@digicom.br

SIECONT - Rondônia

Pres.: *Antonio Sivaldo Canhin*
Av. Carlos Gomes, 2292 - Sl 4
78901-200 - Porto Velho/RO
Tel. (69) 224.4842 - Fax: (69) 216.1217

siecont@casadoempresario.com.br
(HP) www.canhin.com.br

SESCON - Roraima

Pres.: *Maria de Fátima Bezerra da Silva*
Av. Getúlio Vargas, 687-W - Centro/Anexo -
69301.030 - Boa Vista/RR
Telefax. (95) 623.0724

fatima@technet.com.br

SESCON - Santa Catarina

Pres.: *Vilson Wegener*
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - bl.B - sl.306
89201-906 - Joinville/SC
Telefax (47) 433.9849/1131

sescnsc@sesconsc.org.br
(HP) www.sescnsc.org.br

SESCON - São Paulo

Pres.: *Carlos José de Lima Castro*
Av. Tiradentes, 960 - Ponte Pequena
01102-000 - São Paulo - SP
Telefax: (11) 3328-4900 - Fax: 3328-4909

sescnsp@sescon.org.br
(HP) www.sescn.org.br

SESCON - Sergipe

Pres.: *Wladimir Alves Torres*
R. Siriri, 496 - sl. 4 - 1º andar
49010-450 - Aracaju/SE
Telefax (79) 214.0722 - (79) 213.7058

sescnse@infonet.com.br
(HP) www.infonet.com.br/sescnse

SESCON - Sul Fluminense

Pres. *William de Paiva Motta*
Av. Joaquim Leite, 604 - sl. 211
27340-010 - Barra Mansa/RJ
Telefax (24) 3323.8318

sescnsul@uol.com.br

SESCON - Tocantins

Pres.: *Antônio Luiz Amorim Araújo*
ACNO I - Lote 20 - Cj 3 - Sl 25
77013.020 - Palmas/TO
Telefax (63) 215.3395

audiconta@uol.com.br

Empresário de Serviços, entre em contato com seu sindicato através de e-mail. É mais fácil, rápido e econômico. Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.



FENACON

R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43
01413.000 - São Paulo - SP
Telefax (11) 3063.0937

Diretoria da Fenacon 2001/2003

Presidente

Pedro Coelho Neto

Vice-Presidente - Região Sudeste

Antônio Marangon

Vice-Presidente - Região Nordeste

José Geraldo Lins de Queirós

Vice-Presidente - Região Sul

Mário Elmir Berti

Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte

Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta

Diretor Financeiro

Antonio Carlos Bordin

Diretor Administrativo

Roberto Wuthstrack

Diretor de Relações Institucionais

Haroldo Santos Filho

Diretor Social e de Eventos

José Rosivaldo Evangelista Rios

Diretor de Relações do Trabalho e Assuntos Legislativos

Sauro Henrique de Almeida

Diretor de Tecnologia, Qualidade e Produtividade

Nivaldo Cleto

Suplentes

Horizon Donizeth Faria de Almeida

José Eustáquio da Fonseca

Luiz Valdir Stolpo de Lara

Anastácio Costa Mota

Maciel Breno Schiffler

Orival da Cruz

Cleodon de Brito Saraiva

Izabel Rodrigues Liipke

Carlos Alberto do Rego Correa

Leomir Antonio Minozzo

William de Paiva Motta

Conselho Fiscal

Efetivos

Jodoval Luiz dos Santos

José Carmelo Farias

Antonio José Papior

Suplentes

Irany Barroso de Oliveira Filho

Aluísio Beserra de Mendonça

Luis Carlos Freitas

Representação na CNC

Efetivos

Pedro Coelho Neto

Eliel Soares de Paula

Suplentes

José Augusto de Carvalho

Maria Elzira da Costa

FENACON em

Ano VI - Edição 69

SERVIÇOS

Setembro de 2001/ Circulação: Outubro de 2001

índice

■ espaço do leitor	04
■ palavra do presidente	05
. A loucura do Imposto Sobre Serviços	
As empresas de serviços de profissões regulamentadas estão sujeitas a tratamento desigual, dependendo da cidade onde estejam sediadas e da ganância dos erários municipais	
■ go around	06
. Empregado: ativo valioso	
■ regime simples	08
. Cartas na mesa	
O Ministério da Previdência e Assistência Social expôs, pela primeira vez, pública e oficialmente, porque se opõe à ampliação do Simples para as empresas prestadoras de serviços, abrindo caminho para um consenso entre Governo, Congresso e setor de serviços que leve ao fim da exclusão tributária	
■ 9ª conesc & 1ª conesa	11
. Última chamada para Recife	
Embarque sua empresa de serviços nesse vôo especial. Esta é a última chamada para a 9ª Conesc - Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e a 1ª Conesa - Convenção Nacional das Empresas de Serviços de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas	
■ tecnologia da informação	15
. PCs Under Attack	
Com esta avalanche de atentados virtuais aos nossos computadores e servidores de rede, precisamos repensar seriamente na garantia e segurança da reposição dos dados	
■ empresas de consultoria	16
. Ávidos por orientação	
Gestão, tecnologia, marketing, recursos humanos, organização e método... São muitas as áreas de empresas brasileiras de médio porte que necessitam com urgência de consultores habilitados para dar orientação. E o mercado, garantem especialistas, não está sendo atendido como deve	
■ imposto sobre serviços	20
. A Torre de Babel brasileira	
Legislações municipais conseguem produzir as mais discrepantes alíquotas e cálculos para o Imposto sobre Serviços - ISS. Sociedades formadas por profissionais liberais são as mais atingidas, com normas que afrontam até mesmo as leis federais	
■ rápidas	23
■ regionais	24
. Mediação e Arbitragem em Minas Gerais	
Criada, em Belo Horizonte-MG, a Câmara Nacional de Conciliação, Arbitragem e Mediação - CCAM para administrar, gerenciar e assessorar a comissão intersindical de conciliação prévia estabelecida em convenção entre o Sescon/MG e o Sindicato dos Contabilistas de BH e Região Metropolitana	
. Sescon Pernambuco inaugura sede própria em Recife	
. Convênio em Ponta Grossa para CNPJ	

expediente

A revista **Fenacon em SERVIÇOS** é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>

Tiragem: 55 mil exemplares

Auditoria de Circulação: Villas Rodil Auditores Independentes

Circulação: nacional - empresas de setores de serviços ligadas ao Sistema Fenacon, instituições de ensino superior, órgãos governamentais, represen-

tantes dos poderes legislativos e assinantes em geral.

Jornalista Responsável: Diva de Moura Borges

Produção Editorial: BST Comunicação Ltda

divaborges@uol.com.br

Reportagens e Redação: André Luiz de Andrade

Conselho Editorial

Pedro Coelho Neto,

Antonio Marangon

Nivaldo Cleto

Mário Elmir Berti,

Gerson Lopes Fonteles,

Sérgio Approbato Machado,

José Antonio de Godoy

Redação ♦ Assinaturas ♦ Anúncios

Revista Fenacon em SERVIÇOS

Rua Augusta, 1939 - Cj 42 e 43

Cep 01413-000 - São Paulo - SP

revistafenacon@terra.com.br

www.fenacon.org.br

Telefones (11) 3063.0937

3082.2218

3088-5774

Indignação

Gostaria de aqui registrar meu repúdio quanto à instrução normativa da SRF 63/2001 de 28/06/2001, visto que a mesma instituiu uma declaração (DNF – Demonstrativo de Notas Fiscais) que não pode ser digitada, somente validada. Isto é um absurdo, pois não foi dado tempo para as empresas se adaptarem a nova sistemática, e nem as empresas de programação deixaram prontos os leiautes para tal declaração. Ademais, a cobrança de multa na ordem de R\$ 5.000,00 não tem por finalidade punir os maus contribuintes, e sim penalizar uma gama de empresas indefesas aos abusos do fisco.

Fábio Luiz Kôche Trindade
Bento Gonçalves-RS
fabio@fluxocon.com.br

Microfilmagem de documentos

Quanto à matéria intitulada: “Evitando custos e prejuízos com a desorganização”, gostaria de lembrar da Lei 5433/68 autoriza em todo território nacional a microfilmagem de documentos particulares e oficiais arquivados, produzindo os mesmos efeitos legais, as certidões, os translados e as cópias fotográficas obtidas diretamente dos filmes. Estou dando esta contribuição, pois junto a meu escritório temos um Birô de microfilmagem, autorizado pelo Ministério da Justiça.

José Antônio Custódio
Londrina-PR
custodio@sercomtel.com.br

Seguro de Responsabilidade Civil

Tomamos conhecimento da dificuldade na contratação de seguro de responsabilidade civil profissional, para profissionais de Contabilidade, através da revista Fenacon em *Serviços*, edição 67, ano VI. Somos a Twice - Corretora e Consultoria de Seguros Ltda, especializada em todos os ramos de Seguros. Queremos nos colo-

car à disposição para assessoria na contratação do seguro em pauta. Convém destacar que, no mercado brasileiro a figura obrigatória na negociação de qualquer ramo de seguro é o Corretor Oficial de Seguros, devidamente registrado e habilitado junto à SUSEP. Estamos à sua disposição para informar suas expectativas e necessidades.

Jorge Vieira
Rio de Janeiro-RJ
twicecorretora@zipmail.com.br

Perspectivas da contabilidade

Estou elaborando monografia para conclusão do Curso de Ciências Contábeis em Palmas/PR sobre o tema: “O profissional Contábil e o mercado de trabalho”. Se possível, gostaria de receber algumas informações, sobre as áreas de trabalho que o contador está atuando mais, como está a perspectiva do profissional contábil para o futuro. Desde já, deixo meu profundo agradecimento.

Dóris da Silva
Quedas do Iguaçu/PR
doris252001@yahoo.com.br

Ingerências da RF

É com tamanha insatisfação que vemos surgir a mais nova tecnologia (sic) da Receita Federal - o CNPJ via internet. Agora, são no mínimo 7 dias para se ter uma resposta que antes, apesar de tudo, saía no mesmo dia. Isso sem contar com o envio via Sedex mesmo que a DRF esteja localizada a apenas 5 minutos do escritório, como é o nosso caso. O reflexo de tudo isso: clientes insatisfeitos, mais custos, atrasos no processo. Como ainda não ficaram satisfeitos, a DRF exige que as folhas autenticadas sejam tantas quantas forem as do Contrato. Absurdo em cima de absurdo. Reclamar pra quem?

Wagner Lima
São Luís - MA

CNPJ via Sedex

Solicito manifesto veemente contra as modificações impostas pela Secretaria da Receita Federal, em especial referente ao procedimento quanto a obrigatoriedade de colocar via Sedex a FCPJ quando constituem atos a serem praticados perante o CNPJ, IN-SRF nº 2, de 02/01/01 -DOU de 08/01/01 - Art. 34 Parágrafo 1º. Para nós, profissionais atuantes e residentes em cidades com menos de 80.000 habitantes, e onde possui a Agência da Secretaria da Receita Federal, não justifica e fica mais oneroso o pagamento do Sedex. Podemos deslocar um funcionário até à delegacia da SRF para protocolar qualquer documento relacionado à referida repartição. Além disso, na maioria das vezes, já se faz a emissão do CNPJ provisório no ato do protocolo. Os responsáveis por tais normas, talvez por motivos aos quais não é bom nem pensar, criam verdadeiros embaraços a nós prestadores de serviços. Pois, a realidade de grandes cidades é totalmente diferente dos centros menores. Os responsáveis por tais normas deveriam não obrigar tais procedimentos, deixando espaço para que possamos escolher a melhor alternativa. E talvez, antes de tomar decisões não muito convincentes, terem a humildade de consultar a entidade representativa da classe para definir melhor as normas a serem propostas.

José Machado de Paula
Paranaíba-MS
E-mail: zepaulo@citinet.com.br

Nossa revista

Gostaria de parabenizar ao sr. Pedro Coelho por sua matéria “Nossa revista, nossa voz...”. Realmente, são visíveis as mudanças e, o mais importante, além da qualidade do material utilizado na confecção da mesma, são as matérias veiculadas que nos proporcionam acréscimos de conhecimento.

Micheline Musser Leal
Foz do Iguaçu - PR
musser@corinthiana.zzn.com

Atenção!!! Novo endereço de e-mail para esta seção: revistafenacon@terra.com.br As mensagens somente serão publicadas com devida identificação do leitor: Nome, Endereço Completo e Telefone. Por motivos de espaço, a redação se reserva o direito de publicar de modo resumido o conteúdo das cartas e e-mails dos leitores.

A loucura do Imposto Sobre Serviços

Pedro Coelho Neto



Foto: AlexSálim

A legislação federal, mais precisamente o Decreto Lei nº 406/68, estabelece que as chamadas sociedades de profissionais estão sujeitas ao ISS “calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade ...”. Entretanto, as secretarias de finanças dos municípios teimam em exigir dessas organizações o pagamento do tributo tendo por base o faturamento ou outras formas não previstas na lei.

Nesta edição, a Revista Fenacon em Serviços enveredou pelos caminhos tenebrosos da legislação municipal, com o objetivo de dar conhecimento às centenas de milhares de empresas desse segmento, de como as prefeituras vêm tratando esse assunto, permitindo-lhes avaliar se o fisco do seu município respeita a legislação federal que trata do ISS, recepcionada pela Carta Magna de 1988.

Para termos acesso à metodologia de cobrança do Imposto sobre Serviços das sociedades de profissionais, em algumas capitais e municípios brasileiros, contamos com o indispensável apoio das empresas de serviços que compõem o mailing list de internet da Fenacon.

O resultado foi um espanto, dada a diversidade de bases se cálculos, de alíquotas e de metodologias de cobrança.

Isso nos mostra com clareza como a legislação tributária brasileira está desorganizada e merecedora de uma reforma ou, melhor dizendo, de uma implosão, se é que o termo se aplica.

É impossível se continuar convivendo com leis municipais que não respeitam as leis federais que lhes dão respaldo legal, que ferem de forma grosseira o ordenamento jurídico, que tratam iguais de forma desigual, que contribuem para que os tribunais vivam abarrotados de ações, que, mesmo assim, continuam existindo pelo simples fato de a maioria dos contribuintes serem incautos, aceitando, pacificamente, o que os governantes impõem.

A orgia legislativa ocorre assim: os prefeitos maquinam um projeto de lei e o enviam para as Câmaras Municipais que, via de regra, têm a maioria dos vereadores como aliados. Descompromissados com a missão que receberam e, muitas vezes, despreparados para o cargo, votam e aprovam verdadeiras aberrações legislativas, posteriormente sancionadas pelo governo municipal e impostas aos contribuintes, sem qualquer constrangimento.

As empresas de serviços de profissões regulamentadas estão sujeitas a tratamento desigual, dependendo da cidade onde estejam sediadas e da ganância dos erários municipais

Depois, ficam os governantes reclamando por não se “dar a César o que é de César”. Ora, eles próprios dão um péssimo exemplo não respeitando a lei e, no entanto, querem que os contribuintes a respeitem!

Diz o bom senso que, assim, não dá mais para continuar.

Precisamos da reforma tributária já.

Pedro Coelho Neto é presidente da Fenacon
E-mail: pedrocoelho@fenacon.org.br

Frim

Empregado: ativo valioso

por Haroldo Santos Filho

Não precisamos mais da ajuda de grandes pensadores da administração moderna para concluirmos que “empregado feliz é certeza de sucesso empresarial”. Isto é ponto pacífico. Talvez o difícil seja a identificação dos fatores motivadores que tornem o empregado um colaborador feliz e engajado na missão da instituição que o emprega.

Por vivermos em uma cultura predominantemente capitalista, somos levados a acreditar, em um primeiro momento, que o mais importante para um empregado seja seu salário. Pensando melhor, isto seria o mesmo que dizer que as pessoas, no fundo, trabalham mesmo é por dinheiro, o que absolutamente não é verdade.

A revista “Exame” em sua edição nº 749 publicou o guia “100 melhores empresas para você trabalhar”, apresentando resultados surpreendentes após uma longa e minuciosa pesquisa envolvendo 325.000 entrevistados que eram, naturalmente, empregados.

Uma das conclusões desta pesquisa é a prova irrefutável de que salário não é o mais importante para manter ou não alguém motivado pelo emprego. Os fatores que realmente pesaram na escolha do emprego foram: oportunidades de carreira e treinamento, segurança e confiança na gestão, orgulho do trabalho e da empresa e camaradagem no ambiente de trabalho.

As oportunidades de carreira são as chances reais de crescimento e desenvolvimento profissional proporcionadas pela empresa. São as horas de treinamento que a companhia pode oferecer aos seus empregados e, principalmente, se são priorizados para ocupar os melhores cargos, os próprios colaboradores, por meio de promoções internas, em vez de profissionais externos.

A pior coisa para uma empresa é ter, em seu quadro, colaboradores com medo permanente de perder seus empregos. Credibilidade, respeito e justiça são os três pilares que

caracterizam a segurança desejada pelos entrevistados.

A pesquisa demonstrou ser muito importante para o colaborador o fato de ele poder sentir orgulho de sua companhia empregadora. Precisa sentir que é ouvido e que representa peça fundamental no processo de gestão. Se a empresa ainda puder participar de alguma atividade social, envolvendo seu quadro funcional numa campanha filantrópica, por exemplo, aí é que todos vão encher a boca para dizer: “...eu trabalho naquela empresa!...”.

Por maior que seja a empresa, a camaradagem é sempre desejada. As pessoas esperam que a relação profissional seja a mais familiar possível. Alguns pontos são sintomáticos com relação ao ambiente de trabalho. Por exemplo, se as pessoas se reúnem fora do local de trabalho, depois do expediente, é um ótimo sinal. Mas, se aqueles churrascos, festas, amigos-“X” e outras badalações forem eventos chatos e raros, eis aí um típico ambiente de trabalho desconexo e problemático. O ideal é que a iniciativa das festas seja dos próprios empregados. A diretoria é só convidada.

Quanto à remuneração e aos benefícios, estes também podem ser melhorados. Aí vão algumas idéias de benefícios: planos de saúde e odontológicos, check-up anual, academia, salão de beleza, massagens, viagens e local de lazer. Ainda, stock options, participação nos lucros, prêmios em dinheiro, bônus por metas atingidas e tudo o mais que possa aumentar a remuneração efetiva do empregado.

Portanto, se sua empresa não anda bem por falta de motivação de seus colaboradores e você já estava pensando em lhes dar um belo aumento, pense melhor. Que tal antes levá-los para bater um papo sobre a empresa e comer uns sanduíches? Aproveite para ir a uma franquía McDonald’s, que foi considerada a melhor empresa do Brasil para se trabalhar. Quem sabe nesse encontro você possa descobrir segredos preciosos de sucesso, além daquilo que já irá aprender com seus empregados?

Amor e ódio

Há pessoas que passam pela vida e não deixam lembranças, nem boas, nem más. Simplesmente passam. Há outras que, por terem firmeza de posição e personalidade inconfundível, geram sentimentos de amor e ódio, inesquecíveis. Foi assim, o jornalista e intelectual Paulo Francis. Para aqueles que, como eu, não eram do time dos que o odiavam, vale ler o livro “Waal – o dicionário da corte de Paulo Francis” da editora Companhia das Letras. É uma série de pensamentos e frases organizados por Daniel Piza. Aliás, sobre ódio, dizia o Francis: “Não consigo imaginar um único inimigo. Ninguém que me interesse o suficiente para odiá-lo”. Também penso assim!

Eleições nos conselhos

Em novembro teremos eleições para renovação (será?) de 2/3 dos conselheiros dos Conselhos Regionais de Contabilidade. Este é um processo importantíssimo, pois é eleita a maioria que definirá os novos rumos da profissão contábil do país. Vários integrantes do Sistema Fenacon estarão concorrendo por serem também contabilistas. Não são atribuições de todo incompatíveis, mas às vezes, podem se conflitar. Nessas horas, ou se usa o melhor do bom senso ou se enfrenta a difícil escolha entre os dois sistemas.

Haroldo Santos Filho é diretor de Relações Institucionais da Fenacon
haroldo@fenacon.org.br

Exactus

DP Comp



ANUNCIE
Aqui dá resultados

(11) 3082-2218
Ligue

Cartas na mesa

O Ministério da Previdência e Assistência Social expôs, pela primeira vez, pública e oficialmente, porque se opõe à ampliação do Simples para as empresas prestadoras de serviços, abrindo caminho para um consenso entre Governo, Congresso e setor de serviços que leve ao fim da exclusão tributária

por André Luiz de Andrade
Belo Horizonte



O posicionamento do Ministério da Previdência e Assistência Social foi defendido durante a audiência pública realizada pela Fenacon e Sescon/MG, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no dia 17 de setembro, em Belo Horizonte. Segundo o representante do ministro Roberto Brant, João Donadon, o medo é o de perda de arrecadação.

A justificativa se baseou no seguinte cálculo: a contribuição previdenciária, em regra geral, é sobre a folha de pagamento. Vinte por cento. No caso do Simples, a base da incidência é diferenciada: sobre o faturamento. O problema é que, segundo Donadon, no caso das empresas dos setores industrial e comercial, a folha de pagamento corresponderia, em média, a 10% do faturamento bruto. Já que os custos estão na maior parte na compra e revenda de produtos.

Nas empresas de serviços é diferente. A folha de pagamento representaria em torno de 35% a 40% do faturamento bruto, maior componente do custo. No caso das empresas do comércio e da indústria, a incidência, seja sobre a folha ou o faturamento, não apresentaria grande discrepância. Sobre a folha, seria de 20% sobre 10% igual a 2%

da receita bruta da empresa. Sobre o faturamento, pela lei do Simples, é de 1,2% a 2,7%, de acordo com a faixa de faturamento.

Já no caso das empresas de serviços, é de 20% sobre 35%, 40%, o que dá em média 8% de contribuição. Bem mais do que o percentual máximo de 2,7% do Simples. “Não são iguais na composição dos custos da sua receita bruta. A preponderância sobre a folha de pagamento das empresas de serviços é substancialmente grande”, ratificou Donadon. Ainda assim, segundo ele, a renúncia fiscal, com o Simples, para o setor industrial e comercial, gira em torno de 40%, ou seja, R\$ 2 bilhões ao ano.

O coordenador Geral de Legislação e Normas do MPAS apresentou números para mostrar as conseqüências da ampliação do Simples para o segmento de empresas prestadoras de serviços. Segundo Donadon, caso ocorra, o prejuízo pode chegar a R\$ 500 milhões ao ano, apenas em relação às empresas de profissões regulamentadas. Mas aí não estaria o maior problema. O caos nas contas do INSS seria maior se todos os setores de serviços tivessem a possibilidade de optar. Neste caso, o déficit poderia chegar a R\$ 3 bilhões ao ano. “O problema

maior são as empresas de mão-de-obra intensiva”, confirmou.

“Essa é a lógica da resistência da Previdência em relação a ampliação do Simples. Questionamos os percentuais a ela destinados, que são insuficientes para substituir a contribuição sobre a folha. A preocupação que nós temos é garantir o pagamento aos mais de nove milhões de pessoas que recebem benefícios previdenciários”, disse. A questão, segundo ele, seria encontrar alternativas que garantam a receita da Previdência, sem que haja o comprometimento da concessão de benefícios.

Alternativas

Donadon apresentou alternativas para o problema. Uma delas seria deixar o INSS patronal de fora do Simples. IRPJ, PIS, Cofins, CSLL formariam uma alíquota única e as contribuições previdenciárias continuariam a ser recolhidas sobre a folha de pagamento. “Já que a Previdência é a vilã da história – isso se a Receita Federal realmente não se opõe (frisou Donadon, colocando em dúvida a carta branca que já teria sido dada pelo secretário Everardo Maciel, em relação aos tributos federais administrados pelo órgão arrecador), consolida-se os

outros tributos e contribuições”.

A outra alternativa seria determinar uma alíquota diferenciada a qual pudesse substituir a incidente sobre a folha de pagamento, o que poderia ser definido por segmento de empresas. “Cada segmento tem uma peculiaridade própria”. Foi o caso das creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental que conseguiram, em outubro do ano passado, que a Câmara aprovasse a inclusão do segmento no sistema, com a ressalva do acréscimo de 50% sobre as alíquotas referentes as contribuições para a seguridade social patronal. Resolvido o problema da MPAS.

O outro lado

Não obstante às dificuldades financeiras e atuariais da previdência, o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, destacou que a carga tributária já chegou a patamares insustentáveis para o setor das micro e pequenas empresas de serviços. “Uma coisa é apresentarmos números, outra é estarmos do lado do empresário. Ele não suporta mais”.

Pedro citou casos ‘surrealistas’, como de empresa que, para garantir a própria sobrevivência, das 60 pessoas que trabalham, 54 são sócios e 6, funcionários. Os ‘sócios’ recebem pro-labores de R\$ 300, mas com ‘salários’ de R\$ 1 mil. Em vez de vínculo empregatício, repartição dos lucros. “É um mecanismo legal utilizado pelas empresas de serviços, pois não têm condições de arcar com os encargos sociais”. Outro exemplo foi o das empresas contábeis, das quais 70% são escritórios individuais. “Poderiam ser empresas, mas muitos terminariam por utilizar seus honorários como moeda de troca”.

“Queremos sensibilizar a classe política e chamar a atenção do governo pela injustiça que foi cometida pelo artigo 9º da Lei do Simples”, destacou o presidente da Fenacon, que representa hoje cerca de 120 mil empresas de serviços no País. Pediu o engajamento por parte dos empresários na campanha liderada pela Fenacon e criticou: “se existe uma sonegação de 50%, poderíamos ser obrigados a pagar menos

40% de impostos e contribuições”.

Pedro destacou ainda que a última saída será ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. “Pode ser o caminho, caso o governo não se disponha a negociar, mas vejo que todos estão abertos à discussão”. A lei do Simples afrontaria a garantia constitucional de isonomia tributária e o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, sem distinção.

Pesquisa

Outro ponto discutido na audiência pública foi sobre o argumento de que, com a possibilidade de ampliação do Simples, mais trabalhadores poderiam sair da ilegalidade. Donadon observou que o problema não é a contribuição dos empregados, e sim a patronal. Como, no caso do Simples, a alíquota incide sobre o faturamento, haveria aumento da arrecadação das contribuições dos trabalhadores e não das empresas. “Os cálculos mostram que há a necessidade da cota patronal para manter a arrecadação previdenciária”.

Ou seja, não haveria equidade entre o que é pago hoje e o benefício concedido no futuro. Com isso, cria-se uma situação, no mínimo, surpreendente. Quanto mais trabalhadores saíssem da informalidade, maior seria o rombo da Previdência a longo prazo.

O deputado federal Pedro Eugênio rebateu os números do representante do MPAS, dizendo que a avaliação estaria correta se os cálculos não partissem do pressuposto de que todas as empresas estivessem na formalidade e todos os trabalhadores, legalizados. “Nessa conta que o INSS precisa fazer, deve ser considerada essa gente que está fora do processo. Não pagam nada”.



Donadon, do Ministério da Previdência, propõe alternativa: deixar o INSS patronal de fora do Simples. IRPJ, PIS, Cofins, CSLL formariam uma alíquota única e as contribuições previdenciárias continuariam a ser recolhidas sobre a folha de pagamento

O parlamentar citou pesquisa informal realizada pelo Sescon/PE a qual mostrou que, caso as empresas pudessem optar pelo Simples, a arrecadação dobraria. Neste levantamento, a tributação das empresas formais alcançou um total de R\$ 944 mil. O total de tributação das empresas pesquisadas formais e informais, caso optassem pelo Simples, seria de R\$ 1.730 milhão, o que compensaria uma possível perda de arrecadação sobre a alíquota do INSS (a Fenacon também está realizando pesquisa para avaliar os efeitos positivos do Simples sobre as empresas prestadoras de serviços de profissões regulamentadas, em todo o país. O resultado deve estar pronto em 30 dias).

Repensando a Previdência

Pedro Eugênio também se contrapôs ao argumento do representante do MPAS de que uma ampliação do Simples para as em-

Do debate público ocorrido na Assembléia Legislativa, em Belo Horizonte, está sendo elaborada a Carta de Minas, que será encaminhada ao presidente da Câmara Federal Aécio Neves



presas de serviços desequilibraria as contas da Previdência. “Se essa alíquota não é capaz de manter o equilíbrio na arrecadação tributária, todo o sistema tem que ser repensado”. O deputado destacou ainda que a exclusão é uma injustiça social patente com um dos principais setores empregadores do País.

Por outro lado, Pedro Eugênio elogiou a pré-disposição do ministro Roberto Brant de abrir canais de negociação, citando as duas reuniões de trabalho já realizadas no mês de agosto entre o ministro e integrantes do NPECT. Destacou que a idéia agora é apensar os mais de 60 projetos de lei sobre o Simples, reunindo-os em um único projeto e sob a responsabilidade de um mesmo relator, com as negociações correndo no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal.

Carta de Minas para a Câmara Federal

Do debate público ocorrido na Assembléia Legislativa, em Belo Horizonte, está sendo elaborada a Carta de Minas, que será encaminhada ao presidente da Câmara Federal Aécio Neves. Também estiveram presentes a audiência pública, o presidente do Sescon/MG, João Batista de Almeida, o vice-presidente da Fenacon para a Região Sudeste, Antonio Marangon, o diretor de Relações do Trabalho e Assuntos Legislativos na entidade, Sauro Henrique de Almeida, e o candidato a presidência da República pelo PSDC, José Maria Eymael.

O coordenador da audiência pública foi o deputado estadual Eduardo Brandão, presidente da Comissão de Administração Pública da AL/MG. Acompanharam o evento, os representantes da CNC, Renata Pantoja; e do INSS/MG, Afonso Eduardo Farias. O deputado federal, Ronaldo Vasconcellos, foi representado pelo assessor Fernando Lana. Apoiaram ainda a audiência pública, a Associação Comercial de Minas Gerais, a Federação das Associações Comerciais de Minas – Federaminas e o Sebrae/MG.

Em tempo

Os deputados federais, Germano Rigotto, Pedro Eugênio e Silvio Torres assinaram requerimento para a realização de uma audiência pública na Câmara Federal. O objetivo é discutir a ampliação do Simples para as empresas prestadoras de serviços. Os parlamentares, respectivamente, presidente e integrantes do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários – NPECT, deram entrada no documento junto a Comissão de Finanças e Tributação da Casa, no dia 25 de setembro. O requerimento ainda deverá passar pela aprovação da comissão.

Alterdata

Última chamada para Recife

Embarque sua empresa de serviços nesse vôo especial. Esta é a última chamada para a 9ª Conesc - Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e a 1ª Conesa - Convenção Nacional das Empresas de Serviços de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas



A cerca de 60 dias da realização das duas principais convenções da Fenacon (9ª Conesc/ 1ª Conesa), o diretor Social e de Eventos da entidade, José Rosivaldo Evangelista Rios, fez uma avaliação positiva quanto ao índice de participação. Ele considerou que o número inscrições até esta data indicam que ambas as convenções deverão superar a expectativa inicial da COE em relação ao total de participantes. A primeira expectativa era de 1.500 participantes.

A comissão organizadora da 9ª Conesc/ 1ª Conesa se reuniu no dia 22 de setembro para avaliar o andamento das inscrições e deliberar sobre as ações de divulgação dos dois eventos. O material de divulgação (incluindo folder com informações turísticas do Recife, da programação técnica, dos palestrantes e ficha de inscrição) foi enviado aos Sescons de todo o país filiados à Fenacon. Na página 14 desta edição da RFS, o leitor também encontra a mesma ficha, a qual poderá ser utilizada para fazer sua inscrição nos eventos. Confira também a programação ao lado e o curriculum dos palestrantes na página 12.



Alex Salim

Programação Oficial

25 a 27 de Novembro de 2001

Centro de Convenções de Recife-PE

Inscrições e Informações

Tel. (81) 3327-6315

Fax. (81) 3327.6357

www.conesc.org.br

9ª Conesc - Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis

1ª Conesa - Convenção Nacional das Empresas de Serviços de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas

25.11.2001 - Domingo

Abertura Oficial - Show Folclórico e Coquetel

16h30 às 18h30

Palestra - 'Momento de decisão: cenário econômico e político brasileiro até o final de 2002'

Palestrante - Otávio de Barros

26.11.2001 - Segunda-Feira

08h30 às 10h30

Palestra - 'O Papel das empresas de serviços nos ecossistemas de inovação e negócio'

Palestrante - Fabio Silva

10h30 às 11hs

Intervalo

11hs às 12hs

Painel - 'Reforma Tributária como fator de Desenvolvimento Social'

Coordenador - José Maria Eymael

14hs às 16hs

Palestra - 'Empreendedores sociais - profissionais que trabalham para transformar a realidade social'

Palestrante - Mário Gurjão

Palestra - 'Burocracia e exclusão social x qualidade de vida'

Palestrante - Paulo Veras

16hs às 16h30

Intervalo

20h30

Jantar de Confraternização

27.11.2001 - Terça-Feira

08h30 às 10h30

Palestra - 'Percepção e mudança'

Palestrante: Raimundo Martins

10h30 às 11hs

Intervalo

11hs às 12hs

Workshop patrocinadores

14hs às 16hs

Palestra - 'Outsourcing - presente e futuro'

Palestrante - Wilson Marques

16hs às 16h30

Intervalo

16h30 às 18h30

Palestra - 'Alta performance'

Palestrante - Roberto Shinyashiki

Palestrantes da 9ª Conesc e 1ª Conesa

Octavio de Barros

Momento de decisão: cenário econômico e político brasileiro até o final de 2002

Octavio de Barros, 45 anos, é diretor de Pesquisa e Estudos Econômicos do BBV Banco. Possui mestrado e doutoramento pela Universidade de Paris X, foi assessor por duas vezes do Ministério da Fazenda, professor de Economia Internacional da Universidade de Campinas, consultor do Banco Central do Brasil, consultor do BNDES e chefe da assessoria de Política Econômica do Governo de São Paulo.

Barros também já foi vice-presidente e presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, e ocupou os cargos de diretor técnico da Sobeet - Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais, de chefe de Operações Financeiras Internacionais da Cesp e de diretor da Comgás. Octavio de Barros já publicou livros e escreveu artigos de economia no Brasil e no exterior.

Raimundo Ribeiro Martins

Percepção & Mudança - O Caminho do Êxito

Raimundo Martins é profissional de Marketing, com mais de 20 anos de atividades em empresas de comunicação e planejamento tributário. Foi executivo comercial da RBS-TV e da Pactum Consultoria Empresarial, em Santa Catarina e é autor dos livros 'Percepção & Mudança' e 'Para Maiores de 35 - Perspectivas da Maturidade'. Raimundo Martins é membro da Academia Desterrense de Letras de Florianópolis/SC e diretor do Sistema Alpha. Escreve para diversos jornais e revistas de circulação nacional.

Mário Gurjão Filho

Empreendedores Sociais – profissionais que trabalham para transformar a realidade social

Consultor de empresas, com especialização em Consultoria de Processos pela Bolsa de Valores e Personal Consultoria, Mário Gurjão Filho possui ainda MBA em Gestão Estratégica de Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou como consultor em empresas de médio porte, para as áreas de gestão, marketing e tecnologia de informação.

Possui especialização em elaboração de

projetos sociais e captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. É um dos 26 líderes sociais brasileiros apoiado pela AVINA Foundation - Fundação de origem suíça cujo objetivo é apoiar pessoas na América Latina que possam contribuir para a transformação e o desenvolvimento sustentável.

É *fellow* da Ashoka Empreendedores Sociais. A instituição norte-americana, presente em 36 países, identifica e apoia pessoas com talento para promover transformações sociais que sirvam de exemplo para o resto do mundo. Coordena no Estado do Ceará o Pacto pelo Terceiro Setor, movimento setorial que congrega cerca de 70 instituições e tem como missão promover o fortalecimento das instituições sem fins lucrativos.

Desde o final de 1998, exerce o cargo de diretor executivo da Fundação Brasil Cidadão, desenvolvendo atividades ligadas à concepção e elaboração de projetos sociais, captação de recursos nacionais e internacionais e fortalecimento do terceiro setor no Estado do Ceará.

Paulo Fernando Torres Veras

Burocracia e exclusão social versus qualidade de vida

O administrador de Empresas, Paulo Fernando Torres Veras é pós graduado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, cursou a Escola de Governantes (1995), defendendo a tese 'Projeto de melhoria da qualidade de vida. Trabalhou na Teleceará, empresa do Sistema Telebrás, onde exerceu, entre outras funções, a gerência de recursos humanos, a assessoria da presidência e foi Ombudsman. Como assessor do governo municipal de Maracanaú (CE), implantou o Programa Amavida - Ação de Mútua Ajuda por Melhoria da Qualidade de Vida.

Roberto Shinyashiki

Alta performance

Roberto Shinyashiki é médico psiquiatra, com pós-graduação em Administração de Empresas (MBA – USP). Se destacou, atuando como consultor organizacional e conferencista. É professor convidado da cadeira de liderança do Euroforum, na Espanha.

Consta ainda da sua formação, cursos de especialização e estágios nos EUA, Europa e Japão. É presidente do Instituto Gente, em São Paulo, um centro de desenvolvimento humano e organizacional, e diretor-presidente da Editora Gente. Seus livros já venderam

mais de quatro milhões e meio de exemplares somente no Brasil. Dentre eles, 'A revolução dos campeões', 'A carícia essencial' e 'Sem medo de vencer'.

Wilson Roberto Marques

Outsourcing – presente e futuro

Wilson Marques é presidente da 'Apriori' e Sócio da PricewaterhouseCoopers, onde está à frente de projetos de 'Outsourcing' de processos administrativos em nível nacional.

O executivo iniciou sua carreira em 1972 como 'trainee' da PricewaterhouseCoopers. De 1979 a 1986, Marques assumiu gerências de auditoria nos escritórios de Salvador e San Diego (Califórnia-USA). Após cinco anos, passou a sócio encarregado da PricewaterhouseCoopers, tornando-se responsável pelo escritório de Campinas, até chegar a sócio encarregado de Business Advisory Services no país.

Wilson Marques é Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Contabilidade pela Faculdade Paulo Eiró.

Fabio Silva

O Papel das empresas de serviços nos ecossistemas de inovação e negócio

Formado em Ciência da Computação pela Universidade Estadual de Campinas, Fabio Silva tem o título de PhD pela *University of Edinburgh*, Escócia, em 1992. Atua como professor e pesquisador nas áreas de engenharia de software e administração de sistemas. É professor adjunto do Centro de Informática da UFPE, desde 1993, e pesquisador do CNPq. Possui mais de 40 trabalhos publicados em revistas e congressos, nacionais e internacionais.

Foi um dos fundadores do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR) e coordenador nacional do Programa de Geração de Novos Empreendimentos em Software, Informação e Serviços (GENESIS), do Governo Federal, de 1996 a 1998. Também ocupou os cargos de presidente do Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco e de diretor de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco.

Em dezembro de 2000, ajudou a fundar o Núcleo de Gestão do Porto Digital, primeira Organização Social do Estado de Pernambuco, da qual é, atualmente, o diretor presidente.



Empresa de
**Serviços - Instrumento
 de Desenvolvimento
 Social**



**De 25 a 27 de novembro de 2001
 Pernambuco - Brasil
 Centro de Convenções**



Promoção:



Realização:



Organização:



Operadora:



Patrocínio:





Ficha de Inscrição

Inscrições: SESCON-PE CONESC

Telefax: 81 3327-6315

Taxas:	Convencionais:	Acompanhante:
até 30/09	R\$ 150,00	R\$ 100,00
a partir de 01/10	R\$ 180,00	R\$ 100,00

Pessoa Jurídica Pessoa Física Convencionais Acompanhante

Nome:

CPF:

Endereço: CEP:

Cidade: Estado: País:

Profissão:

Tel: Fax:

E-mail:

Empresa

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: CEP:

Cidade: Estado: País:

Ramo de Atividade:

Data da Chegada: Hotel:

Transporte Aéreo: Vôo: Horário Chegada:

Pagamento em:

Cheque Agência nº Banco:

Depósito Bancário

Nº doc: Banco: 104 - Caixa Econômica Federal
Agência Nº 2348-5 - Conta Nº 003 00926-4
SESCON-PE (CONESC)

Uma cópia do comprovante bancário e ficha de Inscrição deverão ser enviados por fax para o SESCON-PE, CONESC
Telefax: 81 3327-6315 - E-mail: conescsescon@uol.com.br / conescsescon@aol.com

- Preencha os dados da Ficha de Inscrição, de forma completa e legível, com tinta azul ou preta, em letra de forma ou à máquina.
- Quanto ao pagamento, infome na Ficha de Inscrição sua opção, que poderá ser através de bloquete bancário, cheque nominal e cruzado ou depósito bancário em nome do SESCON-PE (CONESC).
- Envie sua Ficha de Inscrição e se for o caso, o comprovante de pagamento ou o cheque para Secretária Executiva do Evento, cujos dados encontra-se no item "informações e inscrições" logo abaixo, nesta mesma folha.
- Se sua opção de pagamento foi através de bloquete bancário, após processada sua inscrição, o (s) bloquete(s) bancário(s) será(ão) enviado(s) para o endereço indicado na ficha.

Informações e Inscrições

SESCON-PE (CONESC) 9ª CONESC /
1ª CONESA
Rua José Aderval Chaves, 78 - Sls. 407/408
CEP 51111-030
Boa Viagem Recife-PE - Tel.: 81 3327-6315
Fax: 81 3327-6357
E-mail: conescsescon@uol.com.br /
conescsescon@aol.com

PCs Under Attack

A importância da segurança de seus dados

Com esta avalanche de atentados virtuais aos nossos computadores e servidores de rede, precisamos repensar seriamente na garantia e segurança da reposição dos dados. Nos últimos dois meses, não houve perdão para os ataques dos famosos vírus Sircam, Code Red e agora o Nimda - Admin(istrador) ao contrário - cujas repercussões foram amplamente divulgadas pela imprensa. Agora, nem mesmo com atualizações diárias dos antivírus estamos 100 % seguros.

Existem diversas alternativas para manter arquivos atualizados. Dentre várias opções de equipamentos removíveis de armazenamento, como a fita DAT, ZipDrive da Iomega, Jaz e outros, destacam-se algumas mídias fundamentais para o PC e os servidores das empresas (Soho - Small Office Home Office).

A primeira dica que se consolidou nos últimos anos, foi o CD (Compact Disc), que tem a capacidade de armazenar até 700 MB e hoje há previsão de lançamento de um CD de 1,5 GB de capacidade. Estes CDs graváveis podem ser subdivididos em duas categorias:

a) CD-R (CD Recordable), que pode ser gravado uma única vez. Custo médio R\$ 2,00 a unidade;

b) CD-RW (CD Recordable and Rewritable), que pode ser regravado até 300 vezes. Custo médio R\$ 3,00 a unidade.

É recomendável a utilização do CD-RW diariamente, deixando um CD-R gravado semanalmente, para garantir uma eventual perda do HD (Hard Disk) por ataque de vírus.

O custo da unidade gravadora é em média R\$ 540,00 (Creative Blaster) e de R\$ 827,00 (Hewlett Packard). Para consultar o preço do basta acessar o site www.buscupe.com.br e digitar a sigla CD-RW no mecanismo de busca.

Na Comdex-SP, a Iomega apresentou a última novidade em matéria de backup: o produto denominado Peerless, um drive externo para backup, armazenamento e transporte de dados em discos de capacidade de 10 ou 20 GB, compatível com PC's e Mac's que possuem conexão USB. O PeerLess, com capacidade para armazenar até 20 Gigabytes por disco removível de alta velocidade de gravação, pode chegar a 15 megabytes (MB) por segundo. Pode-se portar diariamente no bolso do paletó um HD do tamanho de uma

agenda Palm atualizado até o último minuto. Mas o custo, por aqui, é bem salgado: R\$ 1.900,00 (base mais cartucho) contra US\$ 399,00 na CompUSA.

Outra alternativa excelente para empresas é a unidade de Fita DAT, que tem demonstrado excelentes resultados na recuperação de dados. Uma das melhores é a Unidade DAT da Sony com capacidade de armazenamento de até 8 GB (com compressão de dados). O custo da unidade interna fica em torno de R\$ 1.800,00 e cada Fita Dat, R\$ 40,00.

Há também um site especializado em soluções para armazenamento de dados que vale a pena ser visitado: <http://controle.net/produtos.shtml>

De posse de um destes equipamentos, será necessário um software para gerenciar a forma de fazer os backups. Para isto existe um programa freeware chamado Acute Software. Veja em <http://www.acutesoftware.com.au/autobackup.html>

Todo dia, o AutoBackup faz uma cópia dos arquivos modificados em uma pasta a ser determinada. Antes de instalá-lo, é bom ter pronta a lista de diretórios a copiar, uma vez que a configuração faz parte da instalação. Mas, nada impede que se faça um backup fora de hora, acionando o programa e clicando no botão manual durante os sete segundos que ele leva para iniciar. O fabricante faz questão de frisar que o AutoBackup não dispensa cópia em fita ou disco removível, sendo compatível com Windows 95, 98, Me, NT e 2000. É incalculável o prejuízo da perda de uma HD se os backups não estiverem atualizados.

Viva a Bahia !!!

Em setembro tive a oportunidade de conhecer a simpática população de Feira de Santana, onde proferi a palestra "Tecnologia à disposição dos empresários de serviços", no VII Encontro dos contabilistas e empresários de contabilidade de Feira de Santana e região.

Um público atento à palestra e que me deixou muito satisfeito. Tive a oportunidade de saber que tantas pessoas utilizam as informações e dicas da minha coluna para aplicar no dia-a-dia de suas empresas.

por Nivaldo Cleto*

Dicas de sites

Tradutor grátis

O Babelfish do Altavista traduz textos de até 150 palavras, além de páginas inteiras da Internet. É uma verdadeira Torre de Babel, pois é difícil encontrar uma língua que não traduza.

Não deixem de visitar:

www.babel.altavista.com/tr

Mapa de cidades do Brasil

No endereço abaixo, é fácil ir pelo caminho mais curto, saber a distância em metros, o custo do táxi, a rota para ir a pé, o ônibus a ser tomado, além de exportar o mapa para sua agenda Palm.

Parece impossível fornecer todos estes dados, mas é só fazer um teste e comprovar. O aplicativo já vem incorporado no Office XP da Microsoft, quando se está dentro de um texto e coloca as palavra Rua ou Avenida, ele automaticamente abre uma janela onde se pode traçar a rota. O serviço está disponível para 16 cidades brasileiras.

www.apontador.com.br

Congresso Nacional Online

O CNOL traz aos internautas as atividades diárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, destacando as notícias que movimentam o cenário político no território nacional, em atualizações durante todo o dia.

Com um custo semestral de R\$ 24,00, pode-se ter acesso a todo conteúdo exclusivo, tais como leis, projetos, decretos dentre outros.

www.cnol.com.br

*Nivaldo Cleto é empresário contábil e diretor de Tecnologia da Fenacon
E-mail: ncleto@uol.com.br



Contexto Fotoarquivo

Ávidos por orientação

Gestão, tecnologia, marketing, recursos humanos, organização e método... São muitas as áreas de empresas brasileiras de médio porte que necessitam com urgência de consultores habilitados para dar orientação. E o mercado, garantem especialistas, não está sendo atendido como deve

Consultorias organizacionais brasileiras estão desatentas a um segmento de mercado que está quase completamente desassistido, necessitando urgentemente de trabalhos de orientação. São empresas com 100 a 200 funcionários, faturamento de R\$ 20 milhões a R\$ 100 milhões ao ano, que possuem modelos de gestão ultrapassados e pouco profissionalizados. Quem alerta para o potencial de mercado é o professor Mario Donadio, que coordena um curso de extensão para consultores em gestão de pequena e média empresa na PUC/SP. Segundo ele, estes possíveis clientes são dos mais variados setores: indústrias, prestadores de serviços, redes de supermercados, confecções, área agrícola e, principalmente, empresas familiares.

Donadio acredita que um dos principais motivos desse distanciamento é a desconfiança sobre a eficiência do trabalho de consultorias devido a resultados frustrados anteriormente. “Cria-se um descrédito nesse tipo de trabalho, por uma necessidade não atendida”. Muitas vezes com razão, na opinião do professor. Isso ocorre, segundo ele, porque nem sempre os consultores estão preparados para atender às necessidades e peculiaridades desse segmento de empresas. Uma das causas é que o mercado é atendido por consultores com conhecimentos específicos. Um exemplo: profissionais especializados em gestão financeira que elaboram um belo plano de contas, informatização dos controles e pronto; todos os problemas do cliente estão resolvidos. “Apenas vão documentar perfeitamente a falência da empresa”, ressalta Donadio.

“A primeira pergunta que o consultor deve se fazer é: aquele cliente está vendendo o que o mercado onde atua quer comprar, pode comprar e precisa comprar?”

Outro exemplo: um consultor especializado em recursos humanos que chega à empresa achando que tudo se resolve com sensibilização e motivação. “Reúne os funcionários, aplica os métodos e não adianta nada”.

Iniciando pela estratégia de negócio

Para Donadio, o problema desse segmento é basicamente de gestão. “Essas empresas não têm plano de negócio, com visão estratégica”, acrescenta. Ele cita o exemplo de uma dessas redes de lojas de móveis e eletrodomésticos, que não consegue vender mais seus produtos. A solução encontrada pelo dono é simples: contratar uma consultoria para treinar vendedores. Só que o problema está nos produtos que não atendem mais aos interesses das pessoas – geladeira vermelha, móveis com design da época da nossa avó etc. Só que o dono não aceita vender por R\$ 200, o que foi comprado por R\$ 300.

“Ele não consegue compreender a importância do fluxo de caixa ou que o mercado não quer mais esse tipo de produto. Neste caso, trabalhar os recursos humanos não vai adiantar. O consultor tem que compreender a gestão da empresa e mostrar que o ativo é alto mas é inútil, pois o importante é vender para fazer caixa”, exemplifica Donadio.

Ai está outro ponto importante a ser observado nesse tipo de empresa: incompetência na gestão econômico-financeira. “Misturam conta corrente própria com a da empresa, capital de giro é confundido como lucro. Os próprios donos saqueiam a empresa”.

Mudar o modelo de gestão dessas empresas não é um trabalho simples. Requer também a mudança da visão do dono que, muitas vezes, fala: ‘se eu estou errado, como consegui chegar até aqui?’. Transformar a cultura organizacional, ou seja, realizar um trabalho eficiente de consultoria, nesses casos tem, inclusive, uma importância social – conseguir evitar o colapso de empresas familiares, tradicionais, que empregam dezenas de pessoas, mas com dificuldades de se adaptarem às mudanças do mercado e à competição cada vez mais globalizada.

Antes de mais nada, a primeira pergunta que o consultor deve se fazer é: aquele cliente está vendendo o que o mercado onde atua quer comprar, pode comprar e precisa comprar? “Muitas vezes a empresa não tem a visão do que é qualidade. Qualidade é adequação”, alerta Donadio. “A diferença entre gerir uma pequena e uma grande empresa é que a pequena é mais difícil”, diz, alertando para o tamanho do desafio.

Sintomas da necessidade de mudança

Gradativa perda de clientes, exigência maior do público consumidor por qualidade, aumento da concorrência e diminuição dos resultados. Esses são os principais sintomas que vem fazendo com que as empresas, principalmente as familiares, com destaque para as de médio porte, estejam se preocupando mais em reestruturar procedimentos de trabalho, melhorar o atendimento e investir em tecnologia e gestão empresarial.

A opinião é de Fabio Araújo Pinheiro, que compõe, com mais dois sócios, a Parceria Consultores Associados, de Fortaleza, empresa que vem registrando aumento de 100% ao ano no número de clientes para serviços de consultoria. “O dono da empresa se pergunta: ‘estou produzindo mais, faturando mais, mas o lucro não é tanto quanto antes’”, conta. A perda de lucratividade e produtividade leva à consciência de que as coisas não estão caminhando bem. Segundo Pinheiro, este momento é quando o dono da empresa de médio porte começa a perceber que perdeu o domínio do negócio, tem às mãos equipes grandes e mal formadas e que é hora de pedir ajuda.

Quatro grandes mercados

O mercado de consultorias está hoje dividido basicamente em quatro nichos. Um deles é o das grandes consultorias como PriceWaterhouseCoopers, Arthur Andersen, KPMG. Possuem atuação mundial e trabalham principalmente com grandes empresas multinacionais, cujas matrizes já são atendidas no país de origem, assim como as filiais espalhadas pelo mundo.

Há também o nicho de mercado ocupado pelos grandes ‘gurus’. As consultorias, nestes casos, fazem parte de pesadas estruturas que dão suporte à atuação desses principais nomes do mercado

corporativo internacional e incluem, ainda, pesquisas, lançamentos de livros etc. Entre os nomes-referência do planejamento estratégico, estão o de Michael Porter e Peter Druker, ambos norte-americanos. Também atendem grandes corporações, através de suas equipes de consultores.

Em seguida, vêm as consultorias de porte médio, como a União de Consultores e a TCA – Tranjan Consultores Associados. Trabalham no nicho das gigantes, mas em projetos mais regionalizados. “Jamais uma GE, Volvo vai contratar uma dessas empresas para uma reestruturação de atuação na América Latina, para avaliar, por exemplo, em qual país deve ser instalada tal fábrica. Mas, se elas precisam de um programa de treinamento de educação estratégica de gerentes e diretores, essas consultorias médias podem ser mais indicadas”, destacou Donadio.

Há ainda o grupo de consultores free lancers. Muitos desses profissionais, com formação sólida, são executivos egressos de grandes empresas. Mas, por estarem fora desse mercado, acabam atuando como consultores independentes. Ou seja, são consultores ‘em trânsito’, até que consigam uma recolocação.

Os consultores autônomos geralmente trabalham associados, em núcleos de 2 ou 3 profissionais. Muitas vezes, cada um especializado em uma área: marketing, recursos humanos, tecnologia, O&M. “São gerentes sem carteira assinada”, compara Donadio. Geralmente trabalham em casa. O escritório é o celular. Também costumam atuar sob a marca de empresas médias de consultoria.

Sebrae para as micro e pequenas; quem para os médias empresas?

O atendimento do mercado composto pelas micros e pequenas empresas fica por conta do Sebrae. O Serviço atua em massa, em programas pré-formatados e com processos regulares de atendimento. E as médias empresas? Ficam de certa forma em um vácuo. São grandes para serem atendidas pelo Sebrae, que não poderia dar um atendimento personalizado. Para as ‘big five’, não interessam.

Quem poderia prestar serviços de consultoria para essas empresas seriam os ‘consultores associados’ ou autônomos e as médias consultorias, transferindo projetos específicos (com custo em torno de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil) para esses profissionais. Mas o que acaba acontecendo? “Quando precisam de um trabalho de consultoria, vão até o Sebrae, fazem o curso e vêem que não é bem isso o que eles precisam”. Mais frustração.

Consultoria em Tecnologia

Oferecer ao cliente competências específicas e em momentos oportunos. Noemerson Tertuliano, coordenador da área de Negócios da Poliedro Informações, Consultoria e Serviços, de Brasília, alerta para

“A diferença entre gerir uma pequena e uma grande empresa é que a pequena é mais difícil”

O dono da empresa se pergunta: ‘estou produzindo mais, faturando mais, mas o lucro não é tanto quanto antes’

a valorização crescente dessas características naturais dos serviços de consultorias.

“O mercado está ficando muito bom. As transformações estão fazendo as empresas chacoalharem. Daí elas tentam encontrar as competências para mudança dentro da empresa, não acham e partem para a procura de profissionais com capacidades específicas”. A expectativa não é à toa. Hoje, a consultoria é responsável pela maior parte do faturamento da Poliedro, que ainda inclui a venda de softwares, treinamento, entre outros serviços.

Outra vantagem da contratação de consultores externos, segundo Tertuliano, é que estes profissionais estão sempre em busca de novidades e tendências, filtrando o que é mais importante e realmente dá resultados. Assim, oferecem serviços com mais valor agregado. “E sem encargos”, destaca.

Se muitas empresas de médio porte procuram a solução dos seus problemas nos cursos e atendimentos do Sebrae, não é diferente quando a dificuldade está na infra-estrutura tecnológica. Costumam recorrer aos pacotes prontos, os softwares de prateleira. O mesmo ocorre com a ‘mão-de-obra especializada’.

“É uma faixa que gosta do mercado informal, por questão de custos”, diz Tertuliano. O resultado são

modelos organizacionais pré-definidos. “As empresas se perguntam: porque eu vou mexer se está funcionando?”. A resposta vem, segundo Tertuliano, quando observavam a concorrência se modernizar e ganhar mercado com soluções inovadoras.

Consultoria em Marketing

Para o consultor Roberto Cintra Leite, o mercado de consultoria na área de Marketing apresenta problemas já na própria definição. Ou é confundido com vendas, ou com publicidade e propaganda.

Roberto é sócio da Cintra Leite/ Horwath Consultores, especializada em marketing de serviços profissionais. Ele explica que um dos principais alvos do marketing é estreitar relacionamentos para que as empresas desenvolvam parcerias estratégicas com a finalidade de ampliar e conquistar novos mercados. Questão de sobrevivência em um futuro próximo. Nesse contexto, Cintra ressalta que, com a globalização, passa a ser imprescindível traçar estratégias de marketing estabelecendo parcerias com empresas menores em outros mercados.

Uma oferece produtos ou serviços com mais valor agregado e transfere conhecimentos e experiência. A outra vai apresentar e oferecer os serviços e dar o aval de garantia, com um suporte presencial.

“Consultores externos estão sempre em busca de novidades e tendências, filtrando o que é mais importante e realmente dá resultados”

MasterMaq

Números do mercado de consultoria no Brasil

Pesquisa realizada pelo Senac/RS para o Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização – IBCO (www.ibco.org.br), em novembro de 98, mostrou um pouco do mercado tomador de serviços de consultoria. Um dos itens avaliados foram os critérios utilizados pelos clientes para a seleção de consultoria, no mercado brasileiro.

Entre os mais citados, a indicação teve o percentual de 45%, competência técnica e preço, 41%, cada. Podia ser respondido mais de um item. Na pesquisa também se mediu o nível de satisfação dos clientes. Os números não foram muito bons, mas se aproximam do resto do mundo. No Brasil, 66% dos clientes ficam satisfeitos, contra 34% de insatisfeitos com o trabalho das consultorias. No mundo, são 27% de insatisfeitos, contra 73 % de satisfeitos.

Outra pesquisa do IBCO, feita em fevereiro deste ano, mostrou que o mercado possui uma disparidade grande de preços. Foram ouvidas 111 empresas em

todo o País e de várias áreas de atuação sobre os honorários cobrados. O valor hora da consultoria sênior foi de R\$ 35 a R\$ 350, na cidade base do consultor. Para treinamento e condução de grupos, o valor hora foi de R\$ 35 a R\$ 480. Palestras e conferências, com duração de 2 a 3 horas, tiveram preços entre R\$ 100 e R\$ 7.300.

O presidente do IBCO, Eduardo Rocha, ressalta que “a cultura de contratação de consultoria no Brasil é nova. As empresas não estão acostumadas a trabalhar com consultorias”. Para amenizar problemas advindos dessa relação, ele aconselha muita conversa entre cliente e consultor antes de se iniciar o trabalho. Na conversa deve ser discutido e definido com clareza o diagnóstico do problema, relações causa e efeito etc.

No contrato, constar objetivos a serem atingidos, em quanto tempo etc. Rocha também sugere às empresas buscarem indicações. “É um serviço intangível. Nada como ouvir de alguém: ‘foi bom’. Outro conselho, dessa vez para os consultores: “nada de promessas impossíveis”.

Ambos ganham. Uma complementa a outra. “Em localidades fora dos grandes centros existe uma necessidade por serviços novos e de qualidade”, ressalta Cintra, que também traduziu e adaptou para o Brasil o livro ‘O guia prático de marketing para empresas de serviços profissionais’, lançado nos EUA.

O consultor, ao compor um planejamento estratégico de marketing, vai ajudar o cliente, entre outras coisas, a analisar os concorrentes - quem são, que serviços oferecem, quanto cobram (benchmarking); a formar uma rede de contatos (networking); a buscar meios de divulgação institucional da empresa; a identificar os mercados-alvo a serem atingidos, avaliar o ambiente externo, a demografia, a economia do setor, as tecnologias aplicadas; a fidelizar clientes, medir o grau de satisfação dos serviços prestados e a formar preços.

Consultoria em Recursos Humanos

Se existe uma área em que o mercado de consultoria só tende a crescer é o de recursos humanos. Estresse, absenteísmo, queda de produtividade, alta rotatividade. Problemas como esses parecem aumentar na mesma proporção em que cresce a necessidade por profissionais multidisciplinares, pressão por resultados, busca por conhecimento e informações e tempo cada vez mais escasso.

Segundo Izabel Rios Piñeiro, da Paradigma e Desenvolvimento do Ser Humano, de Florianópolis-SC, o mercado de consultoria, que até alguns anos atrás era mais voltado para o treinamento, hoje possui uma grande demanda para o recrutamento e seleção, avaliação de potencial e pesquisa do clima organizacional. Na pauta dos consultores, itens como desenvolvimento comportamental, motivação, criatividade, espírito de equipe, administração do tempo e qualidade de vida.

O foco também mudou. “Antes era só um trabalho corretivo”. Hoje, a preocupação já se volta para a prevenção. Nessa direção, a tendência tem sido trabalhos bastante voltados para a integração de equipes. “Com um ritmo de vida corrido, as pessoas se afastam umas das outras. Com isso, se sentem carentes, solitárias, fragilizadas e depressivas”.

Problemas como esses geram flutuações do humor, baixa da concentração, incompreensão e atritos nas equipes. Conseqüentemente, queda da qualidade dos serviços e retrabalho. A Paradigma trabalha com 4 profissionais fixos e 20 autônomos em projetos específicos. O setor que mais procura a consultoria têm sido o de serviço, como hotelaria, tecnologia e turismo. “No comércio (de produtos) sinto ainda uma resistência às consultorias. Parte desse setor ainda tem cabeça arcaica”.

Com a globalização, passa a ser imprescindível traçar estratégias de marketing estabelecendo parcerias com empresas menores em outros mercados

A Torre de Babel brasileira

Legislações municipais conseguem produzir as mais discrepantes alíquotas e cálculos para o Imposto sobre Serviços - ISS. Sociedades formadas por profissionais liberais são as mais atingidas, com normas que afrontam até mesmo as leis federais

Andre Luiz de Andrade

A colcha de retalhos da legislação tributária do País tem evidenciado muitas distorções. Ainda mais quando estas leis envolvem Estados e municípios. Um exemplo é a Torre de Babel do Imposto sobre Serviços - ISS. Em cada cidade, uma forma de incidência, uma alíquota, um grupo de atividades tributadas. Igual mesmo só a ânsia de arrecadação. Pesquisa realizada pela RFS, em setembro, via Internet, com os leitores, mostrou um pouco dessa bagunça tributária, especificamente em relação às sociedades uniprofissionais.

A pesquisa englobou mais de 60 municípios. Pouca harmonia entre as leis municipais que regulam o imposto foram observadas. Para começar, as formas de recolhimento são as mais variadas. A taxa pode ser mensal, trimestral, semestral ou anual. Pode ser fixa, por empresa, ou calculada em razão do número de sócios. Pode incidir sobre cada sócio ou sobre sócios e empregados (ou não) que prestem serviços em nome da sociedade, assumindo responsabilidade pessoal.

Pode ser sobre a receita bruta da sociedade, com alíquotas que chegam a variar de 0,5% a 5%. Em alguns municípios, o cálculo é feito por estimativa, baseado em avaliação do faturamento do ano anterior. Os indexadores econômicos utilizados são, por vezes, a Unidade Fiscal do Município - quando há - ou a Ufir, Unidade Fiscal de Referência. Em outros casos, se o profissional liberal autônomo tem curso superior, paga um valor, se tem curso técnico, outro.

Há municípios que parcelam o imposto. Em 3, 4, 5 vezes. Em alguns casos, o imposto vem com outro agregado. Em Barra Bonita, interior de São Paulo, por exemplo, o valor é fixado em estimativa na razão de 180 Ufirs por pro-

fissional que compõe a sociedade. E, anexo ao valor do ISS, é imputada uma taxa sob a denominação de "Taxa de Verificação de Funcionamento", de 120 Ufirs.

Os percentuais também podem variar de acordo com o montante do faturamento. Há município em que as sociedades uniprofissionais recolhem de duas formas: se tiver um faturamento de até R\$ 50 mil/mês, pode optar em pagar R\$ 500 por sócio ou 5% do faturamento; se faturar acima de R\$ 50 mil, terá que pagar 5% do faturamento. As respostas da pes-

quisa também mostraram que, em alguns lugares, a cobrança é arcaica. Não existe guia para se adquirir em papelarias. Tampouco o contribuinte pode preencher a sua. Para pagar, só indo na prefeitura, que calcula e preenche a guia.

As atividades tributadas também podem variar. Em alguns municípios, há profissões que recolhem e outras não. Um recolhem percentual maior, outras menor. Há local em que, para contadores, advogados, psicólogos, médicos e dentistas a alíquota sobre faturamento bruto mensal é de 0,60%. Economistas e administradores de empresa pagam 2,5%.

No Distrito Federal, outro exemplo. O ISS sobre empresas da área de saúde, tais



como de dentistas, médicos, psicólogos, hospitais, clínicas, laboratórios de análises, análises clínicas, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, bancos de sangue, leite, pele, olhos ou sêmen, enfermeiros, obstetras e fonoaudiólogos, o ISS pode ser calculado de duas formas: sobre o faturamento, à alíquota de 2%; ou de acordo com o número de profissionais da empresa.

Neste último caso, o cálculo é da seguinte forma: 9 Updfs (o valor da UPDF - Unidade Padrão do Distrito Federal é de R\$ 125,36) dividido por 12, o que dá R\$ 94,02, valor por sócio. Usa-se a que compensar para a empresa. Quanto aos demais profissionais liberais, pode ser usada também a alíquota de 5% sobre o faturamento.

Moral da história, dependendo do município e da atividade, o imposto pode, pegando como base os dados da pesquisa, variar de R\$ 4,86 até ... Com esse emaranhado de leis municipais determinando os destinos do ISS, apenas uma certeza: a de que fica difícil encontrar uma lógica para a cobrança do imposto, destacadamente para as sociedades de profissões regulamentadas. Enfim, pode tudo. Ou quase tudo.

Leis federais

Existem leis federais que regulam em parte o ISS, incluindo a forma de tributação. A Lei Complementar n.º 56/87, que altera o Decreto-lei n.º 406, de 31 de dezembro de 1968, incluiu novas atividades à lista de serviços tributáveis pelo ISS, e também determinou que: “quando os serviços (...) forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 1º, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal”.

O § 1º do Decreto-lei n.º 406, de 31 de dezembro de 1968, a que se refere a LC n.º 56/87 diz: “quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho”.

Faturamento x alíquotas fixas por profissional. Essa tem sido a principal discussão em relação ao cálculo do imposto, com diversas decisões das instâncias judiciais superiores dando vitória às sociedades profissionais. Foi o caso do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Na capital mineira, a câmara de vereadores aprovou, em 94, o projeto de lei 6.810, mudando a base de cálculo do ISS para profissionais liberais, criando a alíquota de 5% sobre a receita bruta mensal das empresas deste segmento.

O resultado: mais de 20 mil ações contra a Prefeitura de Belo Horizonte, baseadas em dispositivos como a Lei Complementar n.º 56/87 e o Decreto-lei n.º 406/68. Uma delas a do Sescon/MG, que, em 95, entrou com um mandato de segurança coletivo, na 3ª Vara de Fazenda Pública. A briga foi até 99, quando em outubro, o STF julgou recurso extraordinário, em favor do sindicato. Processo transitado em julgado, não cabendo

O valor do ISS de empresas uniprofissionais em diferentes cidades brasileiras

Parâmetros utilizados para cálculo:

■ Receita Mensal de R\$ 8 mil

■ Empresa formada por quatro profissionais

OBS: empresas uniprofissionais são aquelas cujos sócios possuem a mesma profissão e que esta seja regulamentada, ou seja, fiscalizada por um conselho profissional: advogados (OAB), economistas (Confecon), contadores (CFC), administradores de empresas (Confea), psicólogos, dentistas, médicos (CFM) etc

Cidade	Total arrecadado anualmente de ISS
Bom Jesus da Lapa -BA	R\$ 4.800,00
Teixeira de Freitas-BA	R\$ 2.553,84
Brasília-DF	R\$ 4.512,00
Castelo-ES	R\$ 2.280,00
São Luís-MA	R\$ 4.800,00
Arcos-MG	R\$ 1.920,00
Paracatu-MG	R\$ 560,00
Varginha-MG	R\$ 2.880,00
Campo Grande-MS	R\$ 4.800,00
Belém-PA	R\$ 4.800,00
Recife-PE	R\$ 4.800,00
Foz do Iguaçu-PR	R\$ 894,00
Medianeira-PR	R\$ 631,46
Paiçandu-PR	R\$ 3.072,00
Pinhais-PR	R\$ 2.880,00
Sto Antonio da Platina-PR	R\$ 1.920,00
Duque de Caxias - RJ	R\$ 3.126,24
Miracema-RJ	R\$ 960,00
Volta Redonda-RJ	R\$ 1.353,00
Boa Vista-RR	R\$ 405,94
Lajeado-RS	R\$ 576,00
Osório-RS	R\$ 805,39
São Sebastião do Caí-RS	R\$ 1.920,00
Florianópolis-SC	R\$ 627,89
Jaraguá do Sul-SC	R\$ 456,00
Barra Bonita-SP	R\$ 1.353,12
Franca-SP	R\$ 558,72
Jandira-SP	R\$ 1.689,91
Ourinhos-SP	R\$ 1.920,00
Piracicaba-SP	R\$ 2.289,00
Porto Ferreira-SP	R\$ 2.880,00
Santo André-SP	R\$ 2.880,00
São Bernardo do Campo-SP	R\$ 2.880,00
São Paulo - SP	R\$ 752,36

Cálculos elaborados por Mauro Blanes, chefe do Centro de Processamento de Dados da Clássico Consultoria e Auditoria e Tecnologia Contábil, com base nas alíquotas levantadas pela pesquisa da revista Fenacon em Serviços

mais recursos. “A pressão da sociedade foi tanta que eles tiveram que mudar”, lembra o assessor jurídico da Sescon/MG, José Eustáquio da Fonseca.

No ano passado, a prefeitura voltou a cobrar o imposto tal qual era antes da lei 6.810 que mudou a base de cálculo. “Revigoraram praticamente 99% do que era o artigo 50 da lei 5.641/89, a lei anterior que havia sido modificada”, destacou Fonseca. A partir daí, a cobrança do ISS passou a ser fixa: R\$ 24,09 por profissional, seja sócio ou empregado.

A mudança da base de cálculo significa uma grande diferença na hora de pagar o imposto. No caso de Belo Horizonte, lembra Fonseca, uma sociedade com dois profissionais ativos na empresa passa a pagar R\$ 48,18. Caso a incidência fosse pelo faturamento, tomando-se por referência uma receita bruta de R\$ 5 mil, o ISS, como seria a prefeitura, seria de R\$ 250,00.

Batalha pela uniformização

O inspetor fiscal do município de São Paulo, José Alípio do Nascimento Martins, que também é contador e economista, reforça o entendimento de que a forma de tributar sociedades uniprofissionais é fixa. “É uma questão pacífica. As prefeituras não podem tributar pelo movimento bruto”. Ou seja, municípios que ainda insistem em cobrar o ISS sobre o faturamento das sociedades teriam grandes chances de sofrer uma derrota judicial. Talvez por isso venham tentando mudar a lei, mas, segundo José Alípio,



sem sucesso. Esbarram em ‘lobbies’ fortes, como os dos advogados, médicos, e engenheiros.

Matéria na Gazeta Mercantil, do dia 1º de outubro, por Letícia Ferreira, destacou: “Os secretários da Fazenda das capitais brasileiras articulam movimento político em Brasília para instituir o prin-

cípio da alíquota mínima do Imposto sobre Serviços (ISS) no País. A negociação com o Governo Federal avança sob o argumento de que a nova legislação acabaria com a guerra fiscal entre municípios ao uniformizar o ISS. Na prática, a modificação serve aos interesses das prefeituras das capitais, que se recusam a diminuir o índice de 5% que praticam como regra geral.

Ainda, segundo a matéria, outras duas mudanças no ISS estão sendo articuladas em Brasília. Uma emenda de lideranças ampliaria a lista das atividades sujeitas à incidência do tributo, para enquadrar a prestação de serviços bancários, portuários, aeroportuários e pela internet. Outro projeto, de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso, tenta definir se a cobrança do ISS deve ser feita no local do estabelecimento, como determina o art. 12 do Decreto-Lei n.º 406/68, ou onde ocorre a prestação do serviço, conforme decidiu o STJ recentemente, reforçando a jurisprudência sobre a matéria.

Alípio Nascimento afirma que o objetivo dos municípios é apenas aumentar a ar-

recadação. Por isso, defendem a tributação sobre o movimento bruto. De qualquer forma, José Alípio acredita que a lei, como está hoje, gera distorções. Um exemplo: uma empresa de advocacia tradicional, com alto faturamento/mês, poderia pagar quase o mesmo que uma sociedade de advogados iniciante.

Para Nascimento, o ideal seria a tributação sobre o faturamento, mas com alíquotas unificadas, levando-se em consideração o poder contributivo (receita auferida em função dos custos) de cada tipo de atividade. Dessa forma, evitaria um outro problema: a guerra fiscal entre municípios. Segundo o inspetor fiscal, muitas empresas vêm instalando suas ‘sedes’ em municípios vizinhos, com alíquotas menores, mas operam na cidade de origem. O problema tem ocorrido principalmente com empresas de vigilância, limpeza, informática e seguros.

Lista de serviços tributáveis

A lista com os itens de serviços tributáveis pelo ISS também tem gerado problemas. Um desses casos foi relatado por um dos pesquisados. Um laboratório de análises clínicas, constituído por três farmacêuticos bioquímicos, pagava o ISS sobre o número de profissionais, conforme orientação do setor de ISS da prefeitura, desde quando foi inscrito.

A empresa já havia sido fiscalizada algumas vezes. Tudo em ordem. Mas, na última fiscalização, no ano passado, a prefeitura mudou seu entendimento sobre a aplicação da legislação e considerou que o laboratório deve pagar o ISS sobre o faturamento mensal. Inclusive dos últimos 5 anos anteriores. A prefeitura considera a sociedade ‘laboratório de análises’ (que paga ISS sobre o faturamento) e não ‘análises clínicas’ (que paga o ISS sobre o número de profissionais). O laboratório recorreu à justiça.

Demarcas

CNC analisa nova data de recolhimento para GPS e FGTS

O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, participou de reunião na sede da CNC, em Brasília, no dia 20 de setembro, quando solicitou ao presidente, Antonio Oliveira Santos, que a confederação elabore um anteprojeto de lei para alterar os prazos de recolhimento da GPS e do FGTS. A nova data passaria a ser o dia 15 do mês seguinte ao da ocorrência dos fatos geradores.

A justificativa seria a racionalização da rotina, pois GPS e FGTS têm a mesma fonte de referência para o cálculo de valores. A Fenacon também apontou incoerência, pois o vencimento da GPS ocorre antes do prazo legal de pagamento dos salários. Caso o pedido da Fenacon seja acatado, o anteprojeto de lei deverá ser encaminhado para o grupo de deputados federais da base de apoio à CNC.

Na reunião, Pedro Coelho Neto, pediu também que a CNC agende reunião com os presidentes das federações nacionais coordenadas pela confederação, com o objetivo de definir a redistribuição dos cargos de representação junto ao sistema Sesc/Senac.

O presidente da Fenacon indicou ainda o nome de seu representante confederativo, Eliel Soares de Paula, para compor a comissão de enquadramento sindical da Confederação.

CNC elege nova diretoria com dois integrantes da Fenacon

O presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, e o vice-presidente para a Região Centro-Oeste/Norte da entidade, Antonio Gutenberg Moraes de Anchieta, serão os primeiros representantes da Fenacon junto a Confederação Nacional do Comércio-CNC. Ambos integraram a chapa única de consenso para membros efetivos e suplentes da diretoria e do conselho de representantes da CNC.

A eleição aconteceu no dia 20 de setembro. O mandato vai de 2001 a 2004. A posse está prevista para o dia 1º de janeiro. Pedro Coelho Neto é diretor suplente e Antonio Gutenberg, um dos três membros efetivos do conselho fiscal. Antônio Oliveira Santos, atual presidente da CNC, foi reconduzido ao cargo.



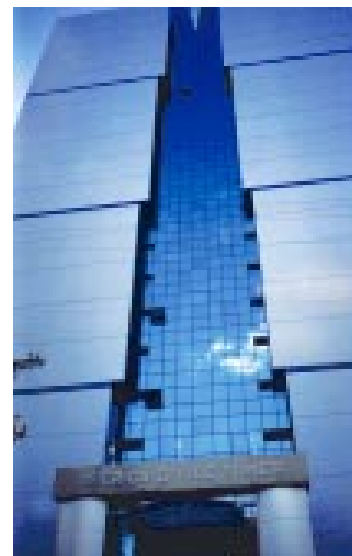
Estande em Foz

A Fenacon esteve presente na 13ª Convenção dos Contabilistas do Paraná, ocorrida de 12 a 14 de setembro no Rafain Palace Hotel, em Foz do Iguaçu-PR. A Federação participou com estande, mostrando sua atuação junto as empresas do setor de contabilidade

e, ainda, abriu espaço para inscrição em seu evento bienal, a Conesc. Sescap-PR marcou presença fazendo também as vezes de anfitrião.

Escritório regional de Brasília será inaugurado em 26 de outubro

No próximo dia 26 de outubro acontecerá a solenidade de inauguração do primeiro escritório regional da Fenacon, em Brasília. Mas, desde o dia 1º de outubro, o escritório já está funcionando. A equipe que trabalha no local tem, entre outras funções, cuidar dos interesses dos sindicatos filiados à federação relativos ao Ministério do Trabalho, apoiar as ações do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários – NPECT, e acompanhar os projetos de interesse das empresas da base de representação da Fenacon em tramitação no Congresso Nacional. O escritório regional será a sede da próxima reunião ordinária da diretoria da Fenacon.



Escritório Regional Fenacon - DF
Setor Comercial Norte, Quadra 1, Bloco F, sala 920
CEP 70711-905 – Brasília-DF
Tel.: 61 327-0002/ Telefax: 61 327-0042

Convênio com SRF poderá agilizar trâmite do CNPJ

A diretoria da Fenacon encaminhou ofício à Secretaria da Receita Federal, em 26 de setembro, solicitando a celebração de convênios com os sindicatos filiados para que estes recebam os processos do CNPJ e os encaminhem, via malote, ao órgão. A iniciativa, se aceita, diminuiria os custos e os prazos para a obtenção do cartão.

Desde 2 de julho de 2001, os pedidos de inscrição de matriz ou de filial, alteração de dados cadastrais, inclusão ou exclusão do Simples e solicitação de 2ª via do Cartão CNPJ passaram a ser atendidos pela Receita Federal exclusivamente por meio da Internet, através do programa Receitanet. A documentação necessária (Documento Básico de Entrada no CNPJ – DBE, com firma reconhecida e, se for o caso, cópia autenticada do ato constitutivo, alterador ou deliberativo), passou a ser enviada pelo Serviço de Encomenda Expressa – Sedex, dos Correios.

Seminário de Perícia

O Sescap/PR, em parceria com o CRC/PR e a FAE Business School, realiza, de 5 a 6 de novembro, o I Seminário Paranaense de Perícia. Entre os temas apresentados, 'Laudo pericial', 'Prova pericial, legalidade e uso de analogia do processo pericial' e 'Ética na perícia', além de painéis de debate sobre 'Capitalização de juros e tabela price' e 'Dissolução parcial de sociedades e apuração de haveres'. Informações: 41 222-8183.

Mediação e arbitragem em Minas Gerais

Criada, em Belo Horizonte-MG, a Câmara Nacional de Conciliação, Arbitragem e Mediação – CCAM para administrar, gerenciar e assessorar a comissão intersindical de conciliação prévia estabelecida em convenção entre o Sescon/MG e o Sindicato dos Contabilistas de BH e Região Metropolitana

A possibilidade de resolução de conflitos individuais do trabalho de forma rápida e barata chega aos empresários contábeis, em Belo Horizonte. Foi criada, em agosto, a Câmara Nacional de Conciliação, Arbitragem e Mediação – CCAM para administrar, gerenciar e assessorar a comissão intersindical de conciliação prévia estabelecida em convenção entre o Sescon/MG e o Sindicato dos Contabilistas de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

“A Câmara irá racionalizar e ajudar a resolver controvérsias que poderiam se arrastar por anos”, ressalta o presidente do Sescon/MG, João Batista de Almeida. A partir da provocação do interessado, ou seja, da data em que foi dada entrada à reclamatória trabalhista, na secretaria da Câmara, a sessão de acordo tem que ocorrer em até dez dias. As audiências terão o custo de 10% sobre o valor do acordo firmado de até R\$ 2 mil; 8%, até R\$ 5 mil; e 6%, acima

de R\$ 5.001. O reclamante estará isento da taxa de serviços.

Não havendo acordo ou, caso o valor conciliado seja inferior a R\$ 630 (três e meio salários mínimos), o empregador pagará R\$ 31,50, correspondente a 5% sobre o valor vigente da taxa mínima. Os conciliadores já foram escolhidos. Um de cada sindicato, com seu respectivo suplente. Por parte do sindicato patronal serão José Maria Sodrê, efetivo, e Luciano Alves de Almeida, suplente.

Ofício já foi enviado pela CCAM ao Tribunal Regional do Trabalho comunicando a criação da comissão de conciliação prévia. Os conciliadores irão atuar na sede da União dos Varejistas de Belo Horizonte. Mas a tendência, segundo João Batista de Almeida, é que a Câmara tenha, em breve, a sua própria sede e autonomia financeira.

Segundo Almeida, a criação de novas comissões de conciliação prévia serão as



O presidente do Sescon/MG, João Batista de Almeida: a Câmara irá racionalizar e ajudar a resolver controvérsias que poderiam se arrastar por anos”

molas propulsoras da inauguração de delegacias regionais do sindicato no interior do Estado. A primeira delegacia foi a de Nova Lima, na Grande Belo Horizonte, instalada em uma sala na Associação Comercial local. A próxima do roteiro deverá ser a de Uberlândia, cidade do Triângulo Mineiro.

Assessoria jurídica

Caso a empresa associada ao Sescon/MG tenha a necessidade de recorrer ou de se defender na Justiça, seja em que área do Direito for, o sindicato informa que acerta os últimos detalhes de parceria com um dos principais escritórios de advocacia de Belo Horizonte (nome ainda não divulgado) para assistência e consultoria jurídica. A proteção dos direitos e garantias das empresas e seus respectivos sócios inclui as áreas de Família, Tributária, Trabalhista e Previdenciária.

Para usufruir da cobertura jurídica, o associado deverá pagar uma mensalidade de R\$ 31 e terá direito a um número pré-determinado de consultas e ações judiciais/mês. À princípio, a parceria vale para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os benefícios da parceria poderão ser oferecidos pelos associados aos seus clientes. Ações fora do pacote terão um custo diferenciado.

Postos de atendimento internos do Sescon/MG prestando serviços da Junta Comercial/MG, Receita Federal e INSS aos filiados do sindicato



A única área que será excluída é a do Direito Penal.

O Sescon/MG também oferece consultoria jurídica gratuita aos associados. A assessoria é prestada em todas as áreas (trabalhista, previdenciária, comercial, tributária), por telefone, fax, pessoalmente, e-mail, ou on-line, preenchendo formulário específico no site da entidade. O sindicato possui ainda uma assessoria específica para esclarecer dúvidas sobre assuntos e legislação da área contábil. Ao todo, são feitas, em média, de 35 a 45 consultas/dia.

Diversas orientações também são oferecidas através da revista do Sescon/MG. A publicação, principal meio de comunicação das ações do sindicato, possui tiragem de 12 mil exemplares e é editada a cada 45 dias. Traz artigos técnicos, informações jurídicas e legislação. A novidade nessa área é a inauguração do site do Sescon/MG, que reforçará e agilizará ainda mais a interação entre sindicato e associados e filiados.

Seguro

Outro benefício oferecido gratuitamente pelo sindicato, desde janeiro de 2000, aos associados e filiados, é o seguro de vida, por invalidez permanente ou acidente. O benefício é condicionado ao pagamento em dia da contribuição sindical. Cada empresa indica um sócio beneficiado. Caso a indicação do sócio não seja feita em até 30 dias após o pagamento da guia, será considerado como segurado o sócio majoritário da empresa.

Se não for possível determiná-lo, será beneficiado o sócio de mais idade. A renovação do Plano de Amparo Social Imediato – Pasi é anual. Outro convênio, com a

Unimed, garante aos associados e filiados assistência médica e hospitalar com descontos que vão de 13% a 38% sobre os planos oferecidos pela cooperativa médica. O convênio é válido para a região metropolitana de Belo Horizonte.

Qualificação

A qualificação do profissional contábil vem sendo outra preocupação do Sescon/MG. Está previsto para ser instalado no início do próximo ano um programa de cursos de atualização profissional. O objetivo é proporcionar educação continuada principalmente aos recém-formados. Serão cursos de formação prática e teórica visando aproximar os profissionais do dia-a-dia das empresas de serviços da base de representação do sindicato.

Segundo o assessor jurídico do Sescon/MG, José Eustáquio da Fonseca, a idéia é que os cursos formem mão-de-obra especializada, suprimindo deficiências em relação a formação escolar. No caso da área contábil, os cursos incluirão temas como: preenchimento de guias por meios convencionais e eletrônicos, familiarização com os sistemas voltados para a automação das rotinas de uma empresa contábil, fechamento de balanços e postura ética.

“As escolas não estão preparadas para esse tipo de serviço”, confirmou Fonseca, que completou: “depois dos cursos, estes profissionais estarão mais preparados para exercer suas funções”.

Enesc em 2002

Para tanto trabalho, a suplência passa a ter uma participação efetiva nas ações do sindicato. Prova disso foi a primeira reunião

para discutir o II Enesc/Sudeste (Encontro das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento da Região Sudeste), que acontecerá em Belo Horizonte, de 19 a 21 de setembro do próximo ano. Presentes, o diretor Administrativo suplente do sindicato, Mauro Gonçalves Cardoso, o diretor financeiro, Adair Roberto de Lima, e o diretor Social, Heleno de Souza Aquino. “Os diretores suplentes estão sempre atuando e participando das comissões”, ratificou Lima.

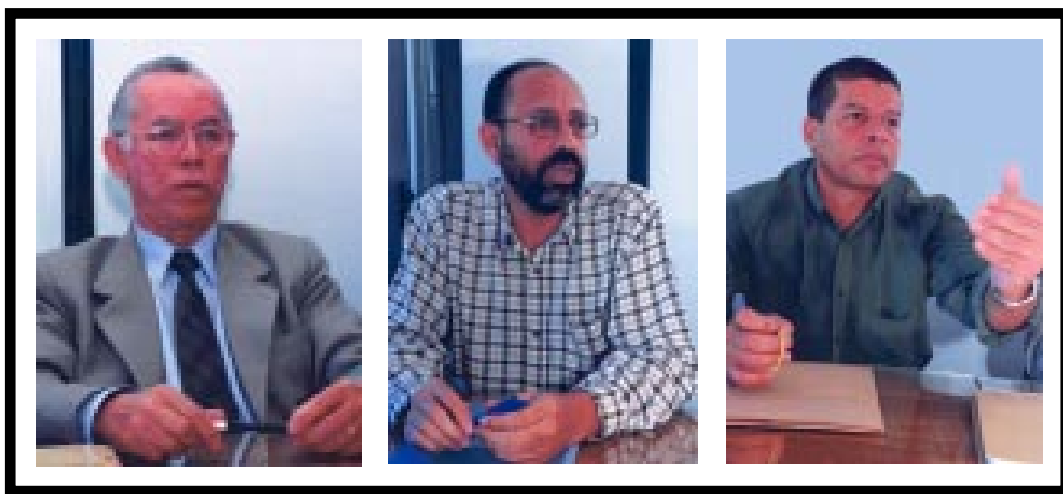
Na reunião já foram analisadas propostas de empresas de turismo, agências organizadoras de eventos, sugeridos temas para palestras e nomes de palestrantes. As propostas iniciais serão levadas à reunião do conselho formado pelos presidentes dos Sescons da Região Sudeste, em outubro, em Belo Horizonte. “Em abril do ano que vem temos que estar com tudo pronto. E em novembro vamos levar à reunião do Conselho de Representantes, uma prévia do que vai ser o II Enesc/SE”, disse Aquino.

Convênios

Alguns convênios de cooperação técnica vem facilitando a vida das empresas associadas e filiadas ao Sescon/MG. Postos de atendimento da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e Receita Federal e, mais recentemente, do INSS, dentro da sede do sindicato, possibilitam o trâmite de processos com mais simplificação e agilidade. Funcionários do sindicato ficam responsáveis pela recepção, triagem e encaminhamento, via malote, dos documentos aos postos oficiais.

‘Postos avançados’ do Sescon/MG também foram instalados em uma agência do

Diretores do Sescon/MG que estão envolvidos na organização do II Enesc/Sudeste (Encontro das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento da Região Sudeste), que acontecerá em Belo Horizonte, de 19 a 21 de setembro do próximo ano: Adair Roberto de Lima (à esquerda), Heleno de Souza Aquino e Mauro Gonçalves Cardoso



INSS, no centro da capital mineira, e no Núcleo de Abertura de Empresas - Nae. No caso do posto da Junta, os terminais são interligados, o que permite ao Sescon/MG o acompanhamento dos processos. Em média, os postos da Junta e da Receita somam de 20 a 25 atendimentos/dia, cada. Desde de que foram instalados, há 4 anos, ambos os postos já prestaram mais de 3.500 atendimentos. Os postos do INSS têm oferecido até 40 atendimentos/mês.

Infra-estrutura da sede

Todo o atendimento do Sescon/MG, que completou 10 anos em maio, é prestado por 12 funcionários, em uma sede própria, inaugurada em setembro de 1999. Com 200m² de área, ocupa todo o 24º andar de um prédio comercial no centro de Belo Horizonte.

Possui salas da presidência, assessorias jurídica, contábil, de reunião, das gerências administrativas, comercial e financeira, e de controle de associados e vinculados, para cobrança e filiação. Uma Central de Atendimento ao Público, abriga os postos da Junta, Receita e INSS. O auditório, para 55 pessoas, está equipado com toda a infra-estrutura para eventos e apresentações.

Depois de tanto trabalho, lazer. Convênio com o Clube Granada Iate Clube, em Belo Horizonte, permite aos associados usufruírem de toda infra-estrutura do local, sem a necessidade de compra de cotas, mas apenas com o pagamento da mensalidade de manutenção e mantendo a contribuição sindical em dia.

Sescon Pernambuco inaugura sede própria em Recife

O deputado federal, Pedro Eugênio, foi uma das autoridades presentes à inauguração da sede própria do Sescon/PE, na Região Central de Recife, no dia 21 de setembro. Em torno de 100 pessoas, entre associados do sindicato e convidados acompanharam a solenidade. O anfitrião dessa festa, o presidente do Sescon/PE, José Geraldo de Paula Batista, recebeu em Recife o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, e o diretor Social e de Eventos da entidade, José Rosivaldo Evangelista Rios. Representando os presidentes dos sindicatos filiados à Fenacon no evento, esteve o presidente do Sescap/PR, Valdir Pietrobon.

Novo endereço do Sescon/PE
Rua José Aderval Chaves, 78, salas 407 e 408
51111-030 - Recife-PE
Tel. 81 3327-6324

Convênio em Ponta Grossa para CNPJ

O Sescon/PG firmou, no dia 26 de setembro, convênio com a Receita Federal para que o sindicato possa recepcionar os processos de CNPJ e enviá-los para a delegacia do órgão, em Ponta Grossa, em um único Sedex. O presidente do Sescon/PG, Luiz Fernando Saffraider, também propôs que a Receita ofereça treinamento para funcionários ou estagiários do Sescon/PG para que, no momento da recepção dos processos, seja feita uma triagem, evitando deferimento dos processos. A iniciativa visa diminuir os custos e os prazos para a obtenção do cartão.

Desde 2 de julho de 2001, os pedidos de inscrição de matriz ou de filial, alteração de dados cadastrais, inclusão ou exclusão do Simples e solicitação de 2ª via do Cartão CNPJ passaram a ser atendidos pela Receita Federal exclusivamente por meio da Internet, através do programa Receitanet. A documentação necessária (Documento Básico de Entrada no CNPJ – DBE, com firma reconhecida e, se for o caso, cópia autenticada do ato constitutivo, alterador ou deliberativo), passou a ser enviada pelo Serviço de Encomenda Expressa – Sedex, dos Correios.

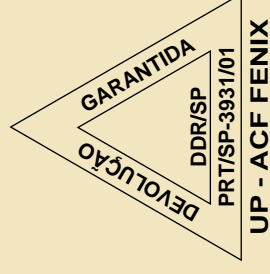
Copan

Prosoft



FENACON

R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43
01413.000 - São Paulo - SP
Telefax (11) 3063.0937



**PARA USO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS
E TELÉGRAFOS**

- MUDOU-SE FALECIDO
 DESCONHECIDO AUSENTE
 RECUSADO NÃO PROCURADO
 ENDEREÇO INSUFICIENTE
 NÃO EXISTE O Nº INDICADO
 INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU ZELADOR

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____

Responsável _____

IMPRESSO FECHADO

Podendo ser aberto pela ECT